

### Tropas tswanas chegam hoje ao corredor de Tete

Batalhão de 720 efectivos passou ontem por Zimbabwe

por Augusto de Jesus, em Harare

Um contingente de setecentos e quarenta homens das forças de defesa do Botswana deverá chegar hoje ao nosso país, para se integrar nas forças de manutenção de paz das Nações Unidas para Moçambique.

O contingente do Botswana, constituído por tropas de Infantaria, encontra-se em trânsito por Zimbabwe, onde chegou quarta-feira por via ferroviária, transportado por uma composição dos Caminhos de Ferro do seu país.

As tropas tswanas, que se vão juntar a outros contingentes das Nações Unidas provenientes da Itália, Bangladesh, Japão e Zâmbia, chegarão ao nosso país por via rodoviária, crendo-se que venham a ser instaladas na província de Tete.

O contingente das forças de defesa do Botswana, comandado pelo Tenente-Coronel Bernard Ntelamo, deverá operar na patrulha da rota Vanduzi-Changara-Tete, sob as ordens de um adido-general de nacionalidade italiana.

Os soldados do Botswana, que chegaram a Harare já uniformizados com camuflados e capacetes azuis com o distintivo das Nações Unidas, trazem consigo para Moçambique um frota de veículos blindados, camiões de marca Mercedes-Benz, assim como Land-Rover's, todos eles pintados de branco e com a inscrição "UN", em tinta preta.

De acordo com o seu comandante, as forças tswanas esperam permanecer em Moçambique pelo menos durante seis meses, antes de serem substituídas por um outro contingente.

Bernard Ntelamo — que, por sinal, serviu como adido militar do seu país no Zimbabwe — disse não esperar, em Moçambique, mais do que as operações regulares de manutenção de paz das Nações Unidas, citando casos de escolta de colunas e do que considerou "protecção VIP".

A.1.1

## Chissano e Dhlakama conhecem o conteúdo do acordo secreto

— garante eurodeputado Mendes Bota em conferência de imprensa momentos antes de deixar o país

Tanto o Presidente Joaquim Chissano, como o líder da Renamo, Afonso Dhlakama, têm conhecimento do acordo secreto assinado a 16 de Dezembro passado em Roma entre representantes dos Governos italiano e moçambicano e a organização político-militar de oposição armada em Moçambique, reiterou ontem em Maputo, momentos antes da sua partida, o vice-Presidente da ACP/CEE, J. Mendes Bota, a jornalistas nacionais e estrangeiros presentes na conferência de imprensa.

O eurodeputado português fez estas declarações em reacção ao facto de um dos negociadores-chave governamental do Acordo Geral de Paz, o Embaixador Francisco Madeira, Assessor Diplomático do Presidente da República, ter afirmado desconhecer a existência desse vínculo tripartido, que concede à Renamo a primazia para usufruir de 15 milhões de dólares dos 32 milhões destinados a financiar a criação e a actividade dos partidos políticos em Moçambique.

— Surpreende-me como um dirigente daquela estatura não conhece a existência desse acordo secreto, que deixou já de ser secreto porque é de conhecimento público, comentou Mendes Bota.

De acordo com as suas revelações, o eurodeputado português só teve conhecimento desse vínculo em Moçambique e quando da viagem, domingo, para Maringué indagou no líder da Renamo, Afonso Dhlakama, sobre a existência do acordo.

— Isto não me foi dito, mas exibido, em documentos, embora (Dhlakama) não nos tenha mostrado em pormenor, sublinhou Mendes Bota.

Frisou que não observou verbas inscritas nos textos do acordo, mas apenas uma estimativa dos montantes a serem atribuídos aos partidos políticos em Moçambique.

— Acho estranho que uma pessoa-chave ligada aos acordos de paz desconheça a sua existência, reiterou.

Embora o acordo seja teórico, nada induz a concluir que não seja vinculativo e os representantes da Itália, de Moçambique e da Renamo assentaram no documento as suas assinaturas no passado dia 16, em Roma.

— Compete à comunidade internacional e aos doadores cumprir esse acordo, disse Mendes Bota.

Esclareceu que é a comunidade doadora que deverá fixar a importância percentual que cabe a cada partido político.

— O importante em Moçambique

é eliminar os factores que possam impedir o avanço da paz, clarificou o eurodeputado português aos órgãos de informação nacionais e estrangeiros.

Afirmou que tanto o Presidente Chissano como o líder da Renamo, Afonso Dhlakama, lhe haviam confirmado a existência desse acordo tripartido.

Negou que os 32 milhões de dólares tivessem já sido disponibilizados e que houvessem sido canalizados ou para o Governo ou para a Renamo.

— Mesmo o Presidente da Renamo não chegou a levantar a hipótese de o Governo ter recebido e desviado esse montante, afirmou o eurodeputado.

Opinou que a criação de um "Trust Fund" das Nações Unidas para apoio às formações políticas moçambicanas é vital para o sucesso do processo de pacificação e democratização do país.

Revelou que não importa qual será a estrutura e forma de gestão do fundo, mas que é pertinente neste momento que a comunidade doadora o disponibilize e esteja em condições de garantir a efectividade da sua aplicação.

— É preciso garantir-se a transparência dessa gestão, frisou Mendes Bota, acrescentando que a Somália capitalizou a importância não só dos "média", e da opinião pública mas também dos recursos dos doadores.

Disse que no regresso à Europa, os eurodeputados vão apresentar ao Conselho de Ministros da CEE a necessidade de se desencadarem acções visando minimizar os efeitos da fome em Moçambique.

— Paralelamente, vamos divulgar através dos meios de comunicação dos nossos países esta mensagem: que em Moçambique ainda se morre de fome, frisou.

### ENCONTRO CHISSANO/DHLAKAMA É VITAL PARA A PAZ NO PAÍS

O chefe da delegação dos eurodeputados, Henri Saby, reafirmou, por seu turno, que o "tête-à-tête" entre

## Guerra, logística e o PRE ditaram atraso de salários

— considera Director de Finanças no MDN em entrevista ao "Notícias"

O Director de Finanças do Ministério da Defesa, Estêvão Mwiya, admitiu esta semana, em entrevista ao "Notícias", que foram feitos desvios de aplicação dos fundos salariais destinados aos militares,

durante vários anos, para responder a diversas situações específicas da guerra, que fragilizaram a logística, em prejuízo do pagamento dos salários.

O tenente-coronel Mwiya (economista) explica, o problema salarial dos militares, numa longa entrevista, inserida na página três desta edição, as razões que condicionaram os gestores das finanças do Exército a atrasarem o pagamento normal dos salários e dos retroactivos. Mwiya situa a questão em três níveis, nomeadamente a introdução do Programa de Reabilitação Económica, que segundo referiu fez ruir a capacidade da Defesa na aquisição equilibrada da alimentação; a fragilidade logística do sector militar em meios de transporte e outros, que condicionou o sector da Defesa a alugar meios civis, e por último o recrutamento e incorporações, sem novas dotações orçamentais.

O Director das Finanças refere na entrevista que à medida que a guerra se alastrava para mais regiões do país, o problema logístico evoluía também. Reconheceu, no entanto, que o Governo sempre disponibilizou o orçamento salarial para os militares, aquele que estava planificado, mas que a guerra determinou os acontecimentos.

Segundo revelou, brigadas conjuntas, compostas por homens da Defesa e funcionários das Finanças, estão neste momento em todo o país a proceder ao pagamento dos salários em atraso e retroactivos em todas as unidades militares. Confirmou haver fundos para o efeito, mas disse não poder precisar quanto tempo levaria o processo.

o Presidente Joaquim Chissano e o Presidente da Renamo é vital para a superação de constrangimentos que ainda estão a impedir o evolução positiva do processo de paz no nosso país.

Garantiu que a CEE está consciente da necessidade deste encontro, que poderá vir a imprimir nova dinâmica na implementação dos compromissos assumidos a 4 de Outubro passado em Roma, entre o Governo e a Renamo.

— Dissemos ao Presidente da Renamo que as comissões devem retomar os trabalhos. Os responsáveis da Renamo expressaram-nos alguns problemas ligados à falta de pessoas qualificadas para integrar essas comissões. Mas já que existem pessoas que vão fazer parte dessas órgãos, pensamos que os trabalhos devem recomeçar, esclareceu o Presidente da Comissão para o Desenvolvimento e Cooperação do Parlamento Europeu.

Quanto aos argumentos da Renamo sobre a sua ausência nas sessões das comissões, Saby revelou que tem conhecimento das condições logísticas e outras facilidades que estão a ser preparadas em Maputo e Beira.

— Apesar de tudo, o Acordo Geral de Paz está a ser implementado, disse o eurodeputado.